



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Parecer

**Proposta de Lei n.º 9/XI – Orçamento do Estado para 2010
na parte respeitante à Sociedade da Informação**

Nota prévia

O presente Parecer da Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura é emitido nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 205.º do Regimento da Assembleia da República, segundo o qual a Proposta de Lei do Orçamento do Estado é remetida "*à comissão parlamentar competente em razão da matéria, para elaboração de relatório, e às restantes comissões parlamentares permanentes, para efeitos de elaboração de parecer*". Cabe assim a esta Comissão a elaboração de um parecer, enquanto caberá à Comissão competente em razão da matéria – a Comissão de Orçamento e Finanças – elaborar um relatório.

Por outro lado, importa sublinhar que o presente Parecer não é antecedido de uma audição ministerial, por via das regras regimentais aplicáveis ao processo orçamental. Em consequência de tal facto, o Parecer tem apenas como fontes o atinente articulado da Proposta de Lei, os quadros, mapas e relatório que lhe estão anexos, as Grandes Opções do Plano 2010-2013, assim como a proposta de OE para 2009.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA**

PARTE I - CONSIDERANDOS

I. a) Considerando que:

1. O Governo apresentou à Assembleia da República a Proposta de Lei nº 9/XI, referente ao Orçamento do Estado para 2010 que, por despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República de 26 de Janeiro de 2010, baixou à Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças e às demais Comissões Especializadas Permanentes, em cumprimento do estabelecido no nº 3 do artigo 205º Regimento da Assembleia da República.
2. É da competência da 13ª Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura proceder à elaboração de parecer sobre a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2010 na parte relativa à Sociedade da Informação, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 206º do Regimento da Assembleia da República.
3. De acordo com o disposto nos nº 2 e 3 do artigo 211º, realizar-se-á uma reunião, para a apreciação na especialidade da proposta de lei, em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças e o Ministro da Ciência e Tecnologia.
4. Conforme consta das Grandes Opções do Plano 2010-2013, na presente legislatura, será reforçada e consolidada a dinâmica de crescimento e renovado o Compromisso com a Ciência, de modo a garantir sustentabilidade do desenvolvimento das capacidades científicas e tecnológicas nacionais e a estimular o seu pleno aproveitamento, num quadro renovado de diálogo e cooperação entre os sectores público e privado, à escala nacional e internacional.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA**

Assim, são orientações estratégicas para esta legislatura:

- a) Promover à colaboração entre as universidades, outras instituições científicas e as empresas, contribuindo para o desenvolvimento económico e social com base na inovação e o emprego qualificado em Portugal;
 - b) Ampliar o esforço de qualificação avançada e especialização de recursos humanos, nomeadamente ao nível do doutoramento e pós-doutoramento, assim como na formação de técnicos para apoio a actividades científicas e tecnológicas nos sectores público e privado;
 - c) Reforçar e desenvolver infra-estruturas científicas nacionais de qualidade reconhecida internacionalmente, assim como a participação de instituições nacionais em infra-estruturas de âmbito internacional;
5. Em Portugal, a despesa pública e privada em I&D atingiu o nível histórico de 1,51% do PIB, em 2008, e o número de investigadores — 7,2 por cada mil activos — situou-se acima da média europeia. Mais importante ainda, a dinâmica de crescimento, produção científica, entrosamento entre universidades e empresas, relevância e reconhecimento internacionais, é hoje um dos principais activos para o futuro do País.
6. No quadro das orientações estratégicas para esta legislatura serão desenvolvidos ou iniciados em 2010 os instrumentos seguidamente descritos:



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA**

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

1. Políticas – Sociedade da Informação

Eixo prioritário de intervenção do MCES é o reforço e a consolidação da dinâmica de crescimento da Ciência e Tecnologia (C&T), visando assegurar sustentabilidade ao desenvolvimento das capacidades científicas e tecnológicas nacionais e da sociedade da informação. Neste âmbito, será promovida a cooperação entre os sectores público e privado, à escala nacional e internacional.

Renovar o Compromisso com a Ciência e o Desenvolvimento Tecnológico

Serão desenvolvidos programas mobilizadores de C&T, com base em redes temáticas de investigação, designadamente no quadro das parcerias internacionais já existentes, e em estudos e acções de perspectiva científica e tecnológica.

Será revisto e reforçado o sistema de apoio fiscal à I&D, com especial relevo para as despesas com a contratação de doutorados pelas empresas.

Será promovida a colaboração entre instituições científicas, universidades e empresas, nomeadamente através de mecanismos de financiamento público que complementem o financiamento privado que as instituições científicas e universidades venham a atrair.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA**

No contexto das infra-estruturas científicas, será desenvolvido um programa que integrará programas de formação de novas gerações de técnicos e incluirá a reabilitação e segurança de laboratórios, o desenvolvimento de edifícios sustentáveis capazes de responder às novas exigências técnicas, energéticas e ambientais, bem como a reorganização de instituições de investigação e a criação de consórcios de I&D. No âmbito deste programa, serão ainda reforçadas as condições de segurança em instituições científicas.

Serão desenvolvidos instrumentos de acesso à informação científica, e promovidas a expansão da rede nacional de comunicações de nova geração de suporte às actividades académicas e científicas e serviços associados disponibilização online de conteúdos, a monitorização e dinamização da rede de espaços Internet, e outras medidas e instrumentos para a infoinclusão.

As condições de trabalho dos investigadores serão reforçadas, na sequência das recomendações europeias, de que Portugal foi aliás um dos principais promotores na UE. Será promovido um programa de qualificação e apoio ao emprego de técnicos para actividades científicas e tecnológicas.

Será desenvolvido o Programa Ciência Global (e a criação do Centro UNESCO para a formação avançada em Ciências no espaço da CPLP), como programa inovador de formação avançada em Portugal de investigadores de países em desenvolvimento da CPLP.

No ano de 2010 promover-se-á o desenvolvimento do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (IINL), com sede em Braga, assegurando a sua relevância nacional e internacional, e o seu impacto directo na economia nacional e no desenvolvimento da região.

Será preparado um Programa Dinamizador para as Ciências e Tecnologias do Mar, focado nas áreas de maior oportunidade científica e impacto económico — biotecnologia, recursos vivos,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

orla costeira, geologia, energia, clima — e, numa primeira fase, na actividade científica em mar profundo.

A promoção da cultura científica e tecnológica será igualmente visada ao longo de 2010, através da acção relevante da Agência Ciência Viva, do funcionamento da rede de Centros Ciência Viva, e da divulgação da actividade de investigação científica e dos seus resultados.

Nova Ambição do Plano Tecnológico

O Plano Tecnológico atingiu um elevado nível de maturidade, enquanto agenda de modernização da sociedade portuguesa. A nova ambição do Plano Tecnológico é prosseguir e otimizar o impacto dessa agenda na competitividade, no crescimento económico, nas exportações e na criação de emprego.

Para concretizar esta nova ambição, será dado um novo impulso à modernização tecnológica da economia, prioridade estratégica para aumentar os níveis de competitividade, será consolidada a aposta na Ciência e na Investigação & Desenvolvimento (I&D), desenvolvendo as articulações entre universidades e empresas e reforçando as parcerias internacionais de excelência, e será promovida uma mais rápida transição da sociedade da informação para a sociedade do conhecimento, apostando nas Redes de Nova Geração (RNG), no estímulo da literacia digital e no reforço das políticas de inclusão digital enquanto pilares fundamentais da igualdade de oportunidades nos novos modelos de economia sustentável.

No âmbito do Plano Tecnológico da Educação, será continuado o apetrechamento tecnológico das escolas com o investimento em computadores, quadros interactivos e videoprojectores, na



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Internet de alta velocidade e nas redes de área local. Pretende-se atingir, em 2010, as metas de um videoprojector por sala de aula e um quadro interactivo por cada três salas de aula.

Será ainda prosseguido o programa destinado à generalização do acesso e utilização de computadores portáteis e Internet, por parte dos alunos.

O aumento da despesa com investimento é justificado, em grande medida, pelas despesas orçamentadas em 2010 visando a aquisição de equipamento e software informático no âmbito do Plano Tecnológico da Educação, para a difusão do acesso e da utilização das tecnologias de informação e comunicação. De referir, ainda, o efeito decorrente da previsão da afectação de verbas destinadas à prossecução de medidas de eficiência energética.

A Energia ao Serviço duma Economia mais Competitiva e Sustentável

A política energética do Governo tem em vista a continuação da promoção da competitividade e o crescimento da economia, num quadro territorialmente integrado, através da promoção da concorrência nos mercados de energia, da dinamização do tecido empresarial nacional, e da criação de valor e de emprego qualificado em sectores com elevada incorporação tecnológica, permitindo ainda reduzir o défice externo, através da diminuição das importações de combustíveis fósseis.

O apoio à investigação e desenvolvimento de tecnologias, a execução de projectos de demonstração e a consolidação de *clusters* industriais, possibilitam que Portugal se assuma hoje em dia como líder nas energias renováveis no contexto internacional.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA**

Esta aposta será reforçada de forma a manter o País na fronteira tecnológica das energias alternativas, potenciando a produção e exportação de soluções com elevado valor acrescentado, que permitam ainda diminuir a dependência energética do exterior e reduzir as emissões de CO₂.

A utilização de tecnologias mais eficientes na produção, transmissão e consumo de energia, a gestão mais eficaz da procura através do combate ao desperdício e da promoção de comportamentos mais sustentáveis e responsáveis contribuem para a promoção integrada da eficiência energética, num quadro de racionalização da procura que é determinante para uma gestão integrada e optimizada da oferta de energias renováveis.

Em complemento da prioridade que será dada à promoção das energias renováveis, da eficiência energética e da segurança do abastecimento na aplicação dos diferentes programas do QREN e nos instrumentos específicos de financiamento da política para a energia, o OE 2010 tem como prioridade o financiamento de projectos integrados de promoção da eficiência energética, do emprego e da indústria nacional, bem como do desenvolvimento territorial integrado.

2. Orçamento

A despesa consolidada do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) atinge o montante de 2.559,7 milhões de euros, o que corresponde a 1,5% do PIB e a 4,3% das despesas da Administração Central, crescendo 17,7% em relação à estimativa de execução de 2009, em resultado essencialmente do Subsector dos Serviços e Fundos Autónomos, que regista um aumento na ordem dos 12,0%.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Quadro IV.69. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Despesa Consolidada
(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação (%)	Estrutura 2010 (%)
	Estimativa	Orçamento		
Estado	1.729,1	1.859,0	7,5	46,1
1. Funcionamento	1.243,3	1.389,0	11,7	34,5
1.1. Com cobertura em receitas gerais	1.215,5	1.324,3	9,0	32,9
Funcionamento em sentido estrito	38,2	39,3	2,9	1,0
Dotações específicas	1.177,3	1.285,0	9,1	31,9
Ensino Superior e Acção Social	1.177,3	1.285,0	9,1	31,9
1.2. Com cobertura em receitas consignadas	27,8	64,7	132,7	1,6
2. Investimentos do Plano	485,8	470,0	-3,3	11,7
2.1. Financiamento nacional	485,8	470,0	-3,3	11,7
2.2. Financiamento comunitária				
Serviços e Fundos Autónomos	1.937,1	2.169,6	12,0	53,9
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	2.175,3	2.559,7	17,7	-
Consolidação entre subsectores	1.490,9	1.468,9		

Os Serviços e Fundos Autónomos, com uma despesa consolidada de 2 169,6 milhões de euros, crescem 12,0% relativamente à estimativa de execução para 2009, verificando-se o crescimento da maioria dos serviços do sector, sendo de realçar a UMIC- Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P., cuja redução nas despesas se prende com o encerramento do III Quadro Comunitário de Apoio e consequente redução dos financiamentos comunitários.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Quadro IV.70. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Despesa dos SFA por Fontes de Financiamento (Milhões de euros)

	2009		Orçamento de 2010				Total	Variação (%)
	Estimativa	Receitas Gerais	Receitas Próprias	Financiamento Comunitário	Transferências das AP	Outras Fontes		
Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.	478,7	388,4	0,0	121,8	1,4		601,5	4,8
UMIC- Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P.	71,1	20,2			0,3		20,5	-58,5
Instituto de Investigação Científica e Tropical, I.P.	7,7	8,3	0,2				8,5	10,4
Instituto Tecnológico e Nuclear, I.P.	12,4	10,1	1,0	0,5			11,8	-8,5
Instituto de Meteorologia, I.P.	14,4	6,9	9,1		0,1		15,1	4,9
Universidades + SAS Universidades	043,8	736,5	283,3	55,9	6,7		1.065,4	12,9
Institutos Politécnicos + SAS Institutos Politécnicos	393,2	347,9	124,3	24,8	1,1		497,9	26,6
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	7,8	9,1	2,6	0,6			12,3	61,8
Escola Superior de Enfermagem do Porto	8,6	6,7	2,2				8,9	3,5
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	13,7	6,4	2,5				12,0	-12,4
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	8,2	4,2	2,4				8,6	6,5
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	2,8	3,4	1,1				4,5	72,1
Estádio Universitário de Lisboa	5,8	1,1	4,3				5,4	-6,9
Sub-Total	1.965,8	1.541,2	422,0	203,4	12,6	0,0	2.178,2	10,9
Transferências intra-SFA	28,7	3,9	5,7				9,6	-98,6
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	1.937,1	1.537,3	416,3	203,4	12,6	0,0	2.168,6	12,0

Os projectos de investimento mais relevantes prendem-se com a formação avançada, com o desenvolvimento, consolidação e reforço da Rede Nacional de Instituições de ID e o reforço do programa de bolsas de estudo para estudantes do ensino superior.

Quadro IV.73. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Projectos de Investimento do PIDDAC ^{a)}

Estado e SFA	Orçamento de 2010
Formação Avançada e Inserção de RH, Criação Cátedras de Investigação	120,3
Promover a Produção Científica, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação	51,4
Parcerias Internacionais de Ciência e Tecnologia	19,0
Formação Avançada e Integração de Doutores em Empresas e Instituições de ID - POPH	31,7
Laboratório Internacional de Nanotecnologia	15,0
Desenvolvimento, Consolidação e Reforço da Rede Nacional de Instituições de ID	68,0
Cooperação Bilateral e Participação em organismos Internacionais CT	35,5
Divulgação CT e Cultura Científica e Tecnológica	20,0
Promoção do Desenvolvimento e de Infra-Estruturas de Ciência e Tecnologia	23,2
DGES - Fundações Ensino Superior (Infra-Estruturas de Ensino Superior)	9,7
Reforço do Programa de Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior	51,3

Nota: a) Projectos com valor superior a 5 milhões de euros.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Presidência do Conselho de Ministros

1. Políticas – Sociedade da Informação

No âmbito dos serviços e organismos que integram o orçamento da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) e das suas competências estão previstas, para 2010, iniciativas no âmbito da simplificação e modernização administrativa.

Simplificação e Modernização Administrativa

O Programa Simplex, agora na sua versão Simplex 2010, continuará a ser o principal instrumento impulsionador da modernização e simplificação administrativa. O objectivo é disponibilizar mais serviços Simplex, tanto na Administração Central como nas autarquias, ao abrigo do Simplex Autárquico. As PME continuarão no centro das prioridades de simplificação e aumentando a confiança dos cidadãos e das empresas no serviço público, especialmente em domínios críticos como os licenciamentos.

Neste sentido, estão previstas para 2010 medidas com o duplo objectivo de aumentar a transparência e melhorar a previsibilidade dos procedimentos administrativos.

A promoção da utilização da vertente electrónica do Cartão de Cidadão continuará, igualmente, a ser um objectivo em 2010. Para este efeito, será feito um esforço concertado, quer da Administração Pública, quer das empresas, para a disponibilização de novos serviços e para a utilização crescente do certificado digital do Cartão de Cidadão, como meio privilegiado de autenticação à distância. Importa, também, prosseguir a colaboração ao nível europeu para o reconhecimento mútuo da identificação electrónica entre Estados Membros, em especial no âmbito do projecto STORK.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Na estratégia de financiamento, em particular na que se encontra relacionada com o QREN e, dentro deste, em especial com o Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, importa, em 2010, reforçar as orientações e a colaboração com potenciais candidatos a financiamento.

Prosseguir a estratégia de modernização administrativa exige, ainda, o reforço do trabalho em rede entre todas as Administrações, estando por isso previsto, para 2010, o reforço da Rede Comum de Conhecimento, como rede social de boas práticas.

No âmbito da Rede Interministerial Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), serão definidas orientações comuns em novas áreas das TIC na Administração Pública, tais como políticas de *software*, gestão documental, gestão da relação com o cidadão e segurança da informação.

Na prestação de serviços públicos, o reforço do modelo já ensaiado exigirá, em 2010, a disponibilização de serviços mais próximos, concentrados no mesmo local, organizados à medida dos cidadãos e das empresas, em balcão único, seja qual for o canal em que são disponibilizados, bem como uma estratégia multicanal mais diferenciada.

No canal presencial, é importante, desde logo, prosseguir com a expansão da rede de Lojas do Cidadão de 2.^a Geração a mais concelhos, em colaboração com os respectivos municípios, numa lógica de melhoria da qualidade do serviço público, de maior proximidade, racionalização, descentralização e coesão social e territorial.

Considerando que as tecnologias permitem, cada vez mais, suportar *back-offices* mais centralizados e *front-offices* fisicamente separados e mais próximos dos seus utentes – à semelhança do que já acontece hoje com os serviços Nascer Cidadão (nas maternidades), Casa Pronta (nos bancos) e Balcão Sénior (nas Juntas de Freguesia) –



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

serão estudadas oportunidades para descentralizar o local de prestação de serviços públicos para outras entidades.

No canal Internet, o Portal do Cidadão e o Portal da Empresa deverão, cada vez mais, afirmar-se como portas de acesso a todos os serviços públicos, de acordo com a Lei Orgânica do Governo. Esses serviços serão organizados pelos acontecimentos de vida, perfil profissional ou interesses dos cidadãos, ou seguir o ciclo de vida da empresa. Neste âmbito, a colaboração com a Administração Local é importante.

A evolução do modelo de prestação de serviços públicos passará, igualmente, por alargar o novo Sistema de Reclamações, Elogios e Sugestões (SIREs), que se encontra em fase piloto, e permite ao cidadão submeter e acompanhar electronicamente a sua reclamação. O objectivo é alargar a experiência na Direcção-Geral dos Impostos a Lojas do Cidadão e aos serviços da Direcção-Geral das Alfândegas.

Em 2010, será mantido o esforço de apuramento e de replicação das metodologias já testadas e aplicadas nos últimos anos, nomeadamente a recolha sistemática de indicadores de usabilidade, a medição dos tempos de resposta, a avaliação de poupanças para a Administração e para os utentes, a aplicação do *standard cost model* e a avaliação da percepção da qualidade do ponto de vista dos utentes.

Administração Local

Em 2010, o alargamento da rede do Simplex Autárquico e a expansão do programa a um número cada vez maior de municípios é outra prioridade. Por essa razão, estão incluídas no programa de 2010 mais medidas de colaboração entre as Administrações Central e Local.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

O processo de desenvolvimento do Portal Autárquico prosseguirá em 2010 e permitirá albergar as seguintes funcionalidades: (i) a implantação da 2.^a Fase do SIRJUE, que permitirá a desmaterialização do relacionamento entre os particulares e os municípios, permitindo aos particulares apresentar os pedidos *online*, bem como ter acesso a informação sobre o estado dos seus processos; (ii) o Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL), um novo sistema, partilhado pela Direcção-Geral das Autarquias Locais, a Direcção-Geral do Orçamento, a Direcção-Geral da Administração e Emprego Público, o Tribunal de Contas e o Banco de Portugal, aonde se reunirá toda a informação financeira, de pessoal, do SIADAP e de balanço social dos municípios.

Em 2010, será ainda lançado um programa de estágios para 2000 jovens licenciados na Administração Local.

2. Orçamento

A Presidência do Conselho de Ministros desenvolve a coordenação central do Governo e integra na sua estrutura orgânica os organismos da Administração Central com atribuições nos domínios das relações do Governo com outras entidades do Estado, das informações e segurança, da modernização administrativa, integração dos imigrantes, igualdade de género, juventude, desporto, administração local e comunicação social.

O orçamento consolidado dos serviços da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), ascende a 318,5 milhões de euros, o que representa 0,5% da despesa da Administração Central e 0,2% do PIB.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Presidência do Conselho de Ministros - Despesa Total Consolidada

Quadro IV.6. Presidência do Conselho de Ministros - Despesa Total Consolidada
(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação (%)	Estrutura 2010 (%)
	Estimativa	Orçamento		
Estado	200,7	217,8	8,5	55,7
1. Funcionamento	163,5	178,6	9,2	45,7
1.1. Com cobertura em receitas gerais	139,4	151,2	8,5	38,7
Funcionamento em sentido estrito	133,7	143,6	7,4	36,7
Porte pago	5,7	7,6	33,3	1,9
1.2. Com cobertura em receitas consignadas	24,1	27,4	13,7	7,0
2. Investimentos do Plano	37,2	39,2	5,4	10,0
2.1. Financiamento nacional	32,4	33,9	4,6	8,7
2.2. Financiamento comunitário	4,8	5,3	10,4	1,4
Serviços e Fundos Autónomos	128,9	173,0	34,2	44,3
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	259,3	318,5	22,8	
Consolidação entre subsectores	70,3	72,3		

A despesa total consolidada traduz um acréscimo de 59,1 milhões de euros, mais 22,8% em relação à estimativa de execução prevista para 2009, com particular relevo para a actividade do subsector dos serviços e fundos autónomos, designadamente a Agência para a Modernização Administrativa, no qual se prevê um acentuado aumento de dotação orçamental.

De salientar ainda os investimentos do plano com um aumento de 2 milhões de euros, face à estimativa de execução para 2009, equivalente a 5,4%, com destaque para o desenvolvimento dos projectos “Expansão das Lojas do Cidadão”, “Optimização de infra-estruturas e equipamentos” e “Modernização do serviço público” pela Agência para a Modernização Administrativa, I.P.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Presidência do Conselho de Ministros - Despesa dos SFA por Fontes de Financiamento

Quadro IV.7. Presidência do Conselho de Ministros - Despesa dos SFA por Fontes de Financiamento
(Milhões de euros)

	2009	Orçamento de 2010				Total	Variação (%)
	Estimativa	Receitas Gerais	Receitas Próprias	Financiamento Comunitário	Transferências das AP		
Instituto do Desporto de Portugal, IP	69,6	16,5	62,7		0,4	79,6	14,4
Agência para a Modernização Administrativa, IP	23,1	24,1	12,7	12,6		49,4	113,9
Gabinete do SG e Estruturas Comuns ao SIED e ao SIS	12,1	11,9				11,9	-1,7
Serviço de Informações Estratégicas de Defesa	8,1	7,9				7,9	-2,5
Serviço de Informações de Segurança	18,1	11,9				11,9	-26,1
ACIDI-IP, Gestor do Programa Escolhas				3,3	9,0	12,3	100,0
Sub-Total	129,0	72,3	75,4	15,9	9,4	173,0	34,1
Transferências intra-SFA							
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	129,0	72,3	75,4	15,9	9,4	173,0	34,1

No que concerne ao subsector dos serviços e fundos autónomos, comparativamente com a estimativa de execução de 2009, o crescimento mais acentuado verifica-se na Agência para a Modernização Administrativa, I.P., justificado com os encargos previstos com a abertura novas Lojas do Cidadão e renovação de lojas já existentes, assim como com o reforço das principais áreas operacionais envolvidas nos vários projectos em desenvolvimento, designadamente a identificação electrónica, o licenciamento industrial e eliminação de certidões e o catálogo de licenças. O financiamento da actividade assenta nas dotações atribuídas pelo Orçamento de Estado, na receita obtida pela ocupação de espaços nas Lojas do Cidadão, serviços prestados e financiamento comunitário de vários projectos em desenvolvimento.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

O projecto de Investimentos do Plano com maior peso na proposta de orçamento da Presidência do Conselho de Ministros, que a seguir se identifica, está a cargo da Agência para a Modernização Administrativa, e dispõe em 2010 de financiamento nacional e comunitário no valor de 2,6 milhões de euros e de 5,9 milhões de euros, respectivamente, estando prevista a sua conclusão no final de 2011.

Presidência do Conselho de Ministros - Projectos de Investimento do PIDDAC a)

Quadro IV.10. Presidência do Conselho de Ministros - Projectos de Investimento do PIDDAC a)
(Milhões de euros)

Estado e SFA	Orçamento de 2010
Expansão das Lojas do Cidadão na NUTS II - Norte	8,5

a) Projectos com valor superior a 5 milhões de euros.

a) Projectos com valor superior a 5 milhões de euros.

PARTE II – OPINIÃO DO RELATOR

O Relator exime-se, nesta sede, de manifestar a sua opinião sobre a Proposta de Lei n.º 9/XI, a qual é de “elaboração facultativa” nos termos do n.º 3 do artigo 137º do Regimento da Assembleia da República.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

PARTE III - CONCLUSÕES

A Proposta de Lei nº 9/XI, na parte relativa à área da Sociedade da Informação reúne os requisitos constitucionais e regimentais para ser apreciada e votada em Plenário, reservando os Grupos Parlamentares as suas posições para o debate.

Assembleia da República, 4 de Fevereiro de 2010

O Deputado Relator

(Rui Pereira)

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)